



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação oral e respectivas questões

Nos últimos dez anos, o sector do jogo da RAEM desenvolveu-se sempre com prosperidade, e antes de chegar a data da renovação dos contratos de concessão que o Governo da RAEM terá que tratar, cada empresa concessionária já começou a preparar os novos investimentos para 2016. Mas estas empresas têm vindo a aumentar constantemente a proporção dos trabalhadores importados e estão a preparar-se para importar mão-de-obra para desempenhar as funções de *croupiers*, causando e agravando os conflitos dentro do sector, levando ainda os respectivos trabalhadores do sector ao protesto. Quanto a isto, creio que o mais importante é fiscalizar e orientar a finalidade dos investimentos do sector do jogo.

Nos últimos dez anos, o sector do jogo tem-se expandido rapidamente, o número de mesas de jogo aumentou de mais de 300 para 5000, e as receitas totais aumentaram de 15 mil milhões para mais de 300 mil milhões. Sendo o sector do jogo o pioneiro, o número de turistas subiu para cerca de 30 milhões, e isto faz com que Macau esteja a enfrentar um enorme problema no âmbito do acolhimento dos turistas. Perante a nova fase de desenvolvimento, deve o Governo da RAEM controlar e orientar, com clareza, as empresas concessionárias que desde o início têm acumulado directamente proveitos gigantescos, para mobilizarem parte dos interesses adquiridos em prol de Macau e investirem, essencialmente, na substituição



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos velhos projectos por novos, mantendo a criatividade e a atractividade do sector, optimizando-o e elevando assim, de forma sustentável, a sua competitividade. Se apenas for focada a ampliação “brutal” da escala do sector, isso só vai sobrecarregar mais a capacidade de acolhimento de Macau, agravar os conflitos entre as partes patronal e laboral, e impedir a diversificação sectorial, colocando a RAEM num grande risco económico.

Interpelo, então, o Governo sobre o seguinte:

1. Por ocasião da renovação dos contratos de concessão do jogo, o Governo da RAEM deve orientar as empresas concessionárias que conseguiram grande volume de lucros, resultantes do desenvolvimento acelerado do pioneiro sector do jogo e da expansão rápida das receitas, para que invistam parte desses lucros na substituição dos projectos velhos por novos, a fim de manter a criatividade e a atractividade do sector, optimizando esta indústria e elevando, assim, a sua competitividade de forma sustentável, em vez de se focar na expansão da sua escala. Vai o Governo fazer isto?

2. O Governo da RAEM deve adoptar medidas concretas para fiscalizar e orientar, claramente, o rumo do desenvolvimento e investimento respeitante ao sector do jogo de Macau. Quanto a isto, por via de legislação, o Governo deve implementar a política respeitante à contratação exclusiva de trabalhadores locais para os cargos de supervisor e *croupier* em casinos,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

bem como a fixação do limite de crescimento de mesas em casinos (mesmo que surjam novos investidores), ou seja, um crescimento não superior a 3% ao ano. Vai o Governo fazer isto? O Governo deve orientar, claramente, as empresas do jogo para, no caso de investimento em novos projectos, mobilizarem as quotas das mesas de jogo e os recursos humanos dos casinos velhos para novos casinos. O Governo deve ainda incentivar as concessionárias a entrar em cooperação com as empresas e profissionais locais, para que os velhos casinos substituídos sejam mudados, progressivamente, para instalações adequadas a exposições, às indústrias criativas e ao turismo, com o objectivo de impulsionar a diversificação das indústrias. Vai o Governo fazer isto?

3. Na véspera do dia 1 de Maio de 2011, o Governo da RAEM anunciou que a proporção dos trabalhadores não residentes a trabalhar para as concessionárias do jogo tinha de ficar aquém dos 20%, limite esse que acabou por não ser cumprido. Até ao primeiro trimestre deste ano, a proporção dos trabalhadores não residentes contratados pelas seis maiores empresas do jogo ultrapassava os 20%, ou melhor, excedeu 26% na sua totalidade, especialmente nas empresas *Venetian* e *Galaxy*, cujas percentagens de trabalhadores não residentes já atingiram 32% e 30%, respectivamente. Ora, para além da proibição da importação de trabalhadores para assumir os cargos de supervisor e *croupier*, de que medidas o Governo dispõe para reduzir a proporção de trabalhadores não residentes nas empresas de jogo? De que medidas o Governo dispõe para



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

garantir a oportunidade de promoção dos trabalhadores locais dessas empresas?

16 de Outubro de 2013

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ng Kuok Cheong